

Só faz fé o que for lido em Plenário e com embargo até ao fim da intervenção

Encerramento da discussão na generalidade das Propostas de Plano e de Orçamento para 2018

29 de novembro de 2017

**Senhora Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente do Governo,
Senhoras e Senhores Membros do Governo,
Açorianas e Açorianos,**

Cabe-nos, hoje, proceder ao encerramento do debate na generalidade das propostas de Plano e de Orçamento da Região para 2018.

O anterior Vice-Presidente norte-americano, Joe Biden, procurando demonstrar em termos práticos a importância de um Orçamento, afirmou um dia (e cito): “Não me digam o que valorizam; mostrem-me o vosso Orçamento, e eu digo-vos o que valorizam”.

E, de facto, de cada vez que nos debruçamos sobre os documentos orçamentais para o ano seguinte corremos sempre, pelo menos, dois riscos.

Um é o de os considerarmos apenas na sua dimensão quantitativa - como se se tratassem de meras coleções de números e cifras consignadas - e não como compromissos políticos que expressam valores e aspirações para o nosso futuro coletivo.

O outro risco é o de os analisarmos isoladamente, no vácuo, sem atendermos à sua circunstância e ao facto de serem inevitavelmente consequências das opções e dos resultados do passado.

Neste sentido, os documentos provisionais que examinámos e debatemos nos últimos três dias são herdeiros de uma história e devedores de um percurso.

São relatórios intercalares de um trajeto de tenacidade, de empenho, de coragem e de convicção das famílias e das empresas Açorianas, que suplantaram, com o apoio de vários Planos e de vários Orçamentos públicos, uma longa e desafiante crise económica e social.

Só faz fé o que for lido em Plenário e com embargo até ao fim da intervenção

Os documentos que apresentámos são um testemunho de que os governos do Partido Socialista honraram a confiança que os Açorianos lhes concederam, para desenvolverem e implementarem medidas de combate à crise.

São, em concreto, a definição das prioridades e dos princípios orientadores daquilo que podemos aspirar a conquistar enquanto sociedade, por termos sido capazes de ultrapassar com ânimo e perseverança as dificuldades do caminho.

Alguém dizia nesta casa, no auge da crise, quando era fácil fomentar a descrença, fomentar a desgraça, e cito: “não pode o Governo chegar-se à frente quando lhe convém e esconder-se atrás dos outros quando não lhe convém ou quando tem de tomar decisões difíceis”.

Pois, a maioria que aqui represento nesta tribuna e que suporta o Governo é a mesma, não se escondeu quando teimava, quase sozinha, em acreditar na capacidade dos Açores darem a volta por cima, e não se esconderá agora, quando a nossa missão é a de consolidarmos a retoma, sustentarmos o crescimento económico e ganharmos o futuro!

Provámos, em conjunto com os Açorianos, que afinal, e ao contrário do que profetizou, com gáudio, o Senhor Deputado Duarte Freitas, num dos debates do Plano e Orçamento ocorridos em plena crise, foi esta maioria, foi a sua governação que, trilhando caminhos com resultados, conseguiu ultrapassar o que o PSD então apelidava de “maior crise económica e social da história da Autonomia”. Fomos nós, senhoras e senhores deputados, foram os Açorianos que merecem os louros dessa conquista.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

No discurso da oposição, a retoma ou é uma nota de rodapé ou é uma opinião propagandeada pela maioria – essa eterna culpada de tudo o que corre mal e nunca merecedora do mínimo reconhecimento por aquilo que corre bem.

Mas, na realidade da vida de todos os dias, das nossas famílias e das nossas empresas, a recuperação da nossa economia e dos rendimentos das pessoas é um facto, é um estímulo e é uma conquista que é imperioso preservar.

Só faz fé o que for lido em Plenário e com embargo até ao fim da intervenção

E os dados são inequívocos a esse respeito, demonstrando com clareza que, em parceria com os Açorianos, fomos capazes de colocar a nossa Região no rumo certo.

Todos se recordam que, no primeiro trimestre de 2014, tivemos um desemprego superior a 18%.

Nessa altura, não faltavam arautos da desgraça, profissionais da desesperança, que se digladiavam para ter palco, uns segundos de som, uns segundos de imagem, a apontar o dedo, a exigir a cabeça dos responsáveis ou até a anunciar o princípio do fim do Partido Socialista enquanto Governo.

Dizia-se então que faltava empenho ao Governo, duvidava-se da eficácia das medidas propostas a cada Plano e a cada Orçamento, questionava-se permanentemente a capacidade de se gerar resultados.

O Governo Regional canalizou, então, grande parte dos fundos disponíveis para a implementação da Agenda Açoriana para a Criação de Emprego e Competitividade Empresarial, dando prioridade absoluta ao estancar do desemprego, ao apoio aos desempregados e ao incentivo aos empresários.

As medidas tomadas permitiram que hoje se registre uma taxa de desemprego de cerca de 8%, a mais baixa dos últimos 6 anos. Temos menos de metade dos desempregados de há três anos. Há mais 13.000 Açorianos com emprego.

Isso significa que, sem deixarmos de empenhar o melhor de nós na procura de soluções para quem continua, infelizmente, desempregado, podemos agora dar início a uma nova agenda, centrada na estabilidade e no aumento dos rendimentos daqueles que, felizmente, conseguiram emprego.

Também ao nível do crescimento e da dinamização da atividade económica, os dados são cristalinos.

Depois de crescimentos negativos, que chegaram a atingir os -3,5%, em 2012, e que se mantiveram em 2013, o PIB da Região registou um crescimento de 2,1% em 2016, demonstrando que a nossa economia não só inverteu o ciclo negativo que vivia, como cresce agora de uma forma consolidada e acima da média nacional.

Só faz fé o que for lido em Plenário e com embargo até ao fim da intervenção

A confiança e a estabilidade geradas pela ação e investimento público nas fases mais agudas da crise ajudaram, decididamente, os nossos empresários a manterem viva a sua capacidade de empreender e de resistir.

Essa dinâmica pode ser comprovada pelos dados mais recentes do investimento privado, da produção de bens e serviços e da criação de novas empresas, ou, de forma indireta, através do aumento do consumo privado.

É, pois, agora possível dirigirmos a nossa atenção para um conjunto de medidas e de ações que ajudem a potenciar e a reforçar esta evolução positiva da nossa economia, com particular enfoque no aumento do rendimento disponível das nossas famílias.

Sectorialmente, e apesar de se verificarem crescimentos a ritmos distintos, é certo, é verdade, é também evidente a evolução positiva que vivemos.

Até mesmo em setores como as pescas ou a construção civil, particularmente afetados pelas ondas de choque da crise, começam a surgir indícios sólidos de recuperação, ao nível da mão-de-obra, e ao nível da recuperação de rendimentos, no caso das pescas.

A agricultura, por sua vez, enquanto setor fundamental da economia da Região, exige uma permanente atenção no sentido da qualificação e valorização da produção e do aumento do rendimento das suas várias fileiras.

Precisa também, é certo e é verdade, de uma atenção especial no caso do leite, cujo preço tem de prosseguir uma trajetória sustentada de convergência com o praticado a nível nacional.

Há agora quem queira resumir toda esta dinâmica de recuperação, que procurei descrever, em obra e graça do Turismo, que cresce, em números e em proveitos a um ritmo assinalável.

Consideram, no fundo, que foi o mercado, a onda de liberalização e a capacidade da iniciativa privada, que geraram este desenvolvimento, apesar do Governo Regional, dizem estes interlocutores.

Curioso... curioso e até mesmo intrigante, já que, em 2014, no auge das dificuldades económicas da nossa Região, eram estes os mesmo que diziam nesta casa, pela voz do Senhor Deputado Duarte Freitas, e cito, “No Turismo, as

Só faz fé o que for lido em Plenário e com embargo até ao fim da intervenção

políticas são totalmente da responsabilidade do Governo Regional e, portanto, a crise é totalmente da culpa exclusiva do Governo Regional”.

Chegados a este ponto, não há como não perguntar, senhoras e senhores deputados, mas então...

se a culpa era exclusivamente do Governo, porque é que agora não é o Governo que tem mérito?

se estava quase tudo errado, como é que deu quase tudo certo, senhoras e senhores deputados?

**Senhora Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente do Governo,
Senhoras e Senhores Membros do Governo,**

Temos absoluta consciência de que nada nesta recuperação económica é definitivo.

Temos perfeita noção de que a nossa tarefa, enquanto partido que assume responsabilidades governativas, é incessante e permanentemente incompleta.

O mérito é todo da fibra do Povo Açoriano, que nos orgulha e estimula, mas também é verdade que, graças ao que fomos capazes de alcançar, o ponto de partida e o horizonte das nossas preocupações e prioridades se alteraram.

Podemos, agora, por isso, entrar, com confiança, num novo ciclo de políticas de apoio ao desenvolvimento.

Verificamos, ao longo destes dias de debate, que a expressão “novo ciclo” causa irritação e uma certa perplexidade à oposição.

Pois eu tentarei, de forma sintética, explicar o que é o novo ciclo.

Só faz fé o que for lido em Plenário e com embargo até ao fim da intervenção

Para começar e desde logo é o exato contrário do que significava para os senhores a expressão “fim de ciclo”, que as senhoras e senhores deputados da oposição utilizaram até à exaustão durante os anos de crise e até às últimas eleições legislativas.

É a resposta política à evolução positiva da nossa economia e aos novos desafios que ela comporta.

É a prova cabal de que, como um dia disse Tesla, um engenheiro revolucionário que só agora tem sido reabilitado, e cito, “o futuro diz a verdade e avalia cada um de acordo com seus trabalhos e suas conquistas.”

Um novo ciclo é o que nos permite, portanto, atingir um novo tempo na vida dos Açorianos e Açorianas, um novo tempo que reivindica políticas públicas novas, por exemplo, ao nível da competitividade empresarial.

Hoje, a nossa preocupação já não é exclusivamente com a sobrevivência das empresas, com os problemas do pequeno comércio para cumprir os seus compromissos com a banca ou com as dificuldades, por exemplo, de um típico restaurante regional em manter os seus postos de trabalho.

Felizmente, hoje, podemos agora vocacionar as nossas políticas públicas para o aumento das exportações e do respetivo valor acrescentado, para que o pequeno comércio tenha capacidade para investir ou para que o tal restaurante típico regional possa melhorar a sua oferta, com mais trabalhadores qualificados e melhor serviço.

Hoje, a nossa preocupação já não está exclusivamente direcionada para a manutenção do emprego, para assegurar uma ocupação a quem quer desesperadamente trabalhar para ganhar sustento ou para garantir um rendimento digno, que permita a sobrevivência das famílias atingidas pelo infortúnio do desemprego.

Sabemos que este trabalho será sempre inacabado e que imperativamente merecerá sempre a nossa atenção, pois está na matriz de um partido socialista não esquecer quem passa dificuldades, mesmo que sejam em pequeno número ou mesmo que tenham pouco poder de reivindicação.

Mas, a verdade é que esta nova circunstância, este tempo novo, para a economia açoriana permite que orientemos as políticas públicas para outros desafios que se tornam agora também prioritários.

Só faz fé o que for lido em Plenário e com embargo até ao fim da intervenção

Políticas públicas que permitam, por exemplo, estabilizar a vida do trabalhador que está em situação precária há anos e que, por este motivo, não consegue obter um empréstimo bancário para ter uma casa, não arrisca ter filhos ou pensar a sua vida mais do que no horizonte temporal do seu contrato de trabalho ou da boa vontade do quem o emprega.

Políticas públicas que permitam dizer a um trabalhador que entre no mercado de trabalho após obter qualificações, que há quem necessite das suas competências, que estas devem ser justamente remuneradas e que sim, é normal, é exetável, é justo, que o tempo dedicado, que a aptidão demonstrada numa função, permitam progredir na carreira e ver valorizada em termos remuneratórios a sua atividade.

Medidas que permitam manter e reforçar a um Açoriano ou a uma Açoriana que vivam nos Açores, por via de terem os impostos mais baixos do país - é bom lembrar! - e dos diversos complementos públicos, um rendimento disponível mais alto em cerca de 1000 euros, ao que teriam se vivessem, em condições idênticas, no Continente ou na Madeira.

No fundo, estas novas políticas públicas materializam um contrato social estabelecido há muito entre o Partido Socialista e o Povo Açoriano e que a nossa oposição tenta desesperadamente desconsiderar: de que existe uma esperança fundamentada no futuro dos Açores e de que o dia de amanhã será necessariamente melhor do que o dia de hoje.

**Senhora Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente do Governo,
Senhoras e Senhores Membros do Governo,**

Entendemos que a construção deste novo ciclo de políticas dirigidas para o aumento dos rendimentos das famílias e das empresas deve ser um processo aberto, participado, envolvendo todos, na medida das suas responsabilidades e funções.

Para o PS, a abertura ao diálogo, entre partidos e com representantes da sociedade civil, não é uma novidade de conveniência.

Só faz fé o que for lido em Plenário e com embargo até ao fim da intervenção

É uma obrigação democrática e é uma prática política com história e com resultados concretos. Temos aprovado e implementado, ano após ano, propostas de alteração e novas medidas com origem na oposição - toda a oposição.

Sempre dissemos, e reafirmamos agora, que estamos abertos para acolher, em sede de especialidade, propostas que possam contribuir para melhorar a ação governativa do Partido Socialista e os seus resultados, venham elas de quem vierem.

Contudo, há, a este propósito, três limites intransponíveis porque essenciais à Democracia e à sua concretização.

Em primeiro lugar, o interesse geral, aquele que nos obrigamos todos a representar e a proteger nesta casa, o imperativo máximo da nossa atividade, e que não é nem a soma dos interesses particulares, nem a voz dos que falam mais alto.

Gerir o que é de todos implica pôr o interesse de todos acima do interesse de cada um de nós.

Em segundo lugar, o respeito pelas linhas programáticas do PS, validadas maioritariamente nas últimas eleições legislativas.

Aceder a implementar medidas que contrariam os compromissos políticos que celebramos eleitoralmente com a larga maioria dos Açorianos, seria, naturalmente, desrespeitar a soberania do povo e desvirtuar a manifestação da sua vontade.

E por fim, um terceiro limite que não ultrapassaremos na apreciação das propostas da oposição é o da responsabilidade política e financeira.

Só há duas maneiras de elaborar um Plano e um Orçamento que dê tudo a todos, e o Partido Socialista não é capaz de pactuar com nenhuma delas.

Uma é fingir que os recursos são ilimitados, o que nunca faremos, como já ficou provado pelo nosso património na gestão equilibrada e consciente da “coisa” pública.

A outra é esquecer que as decisões políticas implicam responsabilidade, presente e futura; é apostar tudo no amearhar de simpatias e de apoios de

Só faz fé o que for lido em Plenário e com embargo até ao fim da intervenção

conveniência, na ânsia de agradar a alguns já que não se consegue agradar à maioria.

Alguma oposição faz propostas como se o futuro fosse responsabilidade exclusiva de quem governa;

Como se o que se aprova não tivesse de ser sustentado financeiramente;

Como se o simples facto de alguém querer - um porto de milhões ou uma atualização exclusiva de uma carreira profissional - fosse suficiente para ter, sem qualquer juízo de possibilidade ou de justiça destas pretensões.

Nós não.

Na preparação deste debate, estivemos no terreno em diálogo franco com os parceiros sociais, em dezenas e dezenas de reuniões, envolvendo os mais diversos setores de atividade.

Para nós, aliás, não há parceiros sociais bons e maus, amigos e adversários, companheiros ou camaradas. Para nós há apenas legítimos representantes dos interesses setoriais – alguns até com a legitimidade reforçada de quem exerce essa função há duas ou três décadas na Região.

É, por isso, nosso entender que um Plano e um Orçamento não se devem preparar ou debater sem conhecer as aspirações e os interesses dos parceiros sociais.

Mas também é nossa convicção que um Plano e um Orçamento feitos em nome do interesse geral e respeitadores da sustentabilidade financeira da Região não devem ser uma espécie de sopa da pedra das reivindicações de cada setor, onde tudo cabe enquanto a panela não derramar.

Este Orçamento, sem deixar de impulsionar um aumento de rendimentos dos Açorianos, não contempla tudo para todos, porque tem como princípio fundamental o respeito pelo esforço de todos os Açorianos.

Foi Ortega y Gasset quem escreveu a frase que melhor define o comportamento da oposição, de alguma oposição, que promete tudo a todos e sacode a água do capote quanto ao financiamento de tais compromissos.

Disse o filósofo espanhol, e cito: “É imoral pretender que uma coisa desejada se realize magicamente, simplesmente porque a desejamos. Só é moral o desejo

Só faz fé o que for lido em Plenário e com embargo até ao fim da intervenção

acompanhado da severa vontade de prover os meios da sua execução”. E tem toda a razão.

Mas para que não nos acusem de disfarçar o nosso pensamento com pomposas citações pretensamente eruditas, vamos socorrer-nos também das palavras de José Manuel Bolieiro, Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada e dirigente regional do PSD Açores, para quem (e vou citar) “Dependendo de se estar no poder ou na oposição, a abordagem às questões é muito diferente e, provavelmente quem não tem o exercício do poder e a responsabilidade de decidir, usa muito mais facilmente a demagogia do que a responsabilidade e o realismo”. Fim de citação.

**Senhora Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente do Governo,
Senhoras e Senhores Membros do Governo,
Açorianos e Açorianas**

Trata-se agora de votarmos as propostas de Plano e Orçamento na generalidade, tal como elas foram apresentadas a este Parlamento pelo Governo e sem quaisquer propostas de alteração dos vários partidos.

Espera o Grupo Parlamentar do Partido Socialista de uma oposição responsável que, pelo menos, conceda o benefício da dúvida a quem tem prosseguido este trajeto de recuperação e conduzido a nossa Região ao patamar da estabilidade económica que hoje vivemos.

Se optarem por assumir a rejeição liminar de um Plano e de um Orçamento especialmente dedicados ao rendimento das famílias e ao crescimento da nossa economia, os partidos da oposição fá-lo-ão naturalmente no exercício das suas prerrogativas democráticas, mas não se isentam de um julgamento político.

E, da parte do Partido Socialista, o juízo político é claro. Os partidos da oposição que assim votarem, estarão a renovar a postura de negação, de agoiro que têm mantido ao longo dos últimos anos e a colocar os potenciais incómodos políticos e os eventuais insucessos governativos, acima do desejo de progresso e desenvolvimento da nossa terra e da nossa gente!

Só faz fé o que for lido em Plenário e com embargo até ao fim da intervenção

Pelo contrário, esta é uma maioria que só aceita ser refém do povo Açoriano e da esperança no futuro;

Que só admite tentar sempre, insistir sempre, lutar sempre, devedora que é da confiança da maioria dos Açorianos;

Esta é uma maioria que falha e erra, mas que nunca renega o risco de ter de decidir;

Que defende apaixonadamente a nossa Região e que se alimenta permanentemente do sonho de a tornar melhor;

Que nunca se satisfaz, tanto no sucesso que obtém como no novo desafio que tem para o ultrapassar;

Somos servidores do Povo Açoriano e só dele dependemos para sermos sempre melhores.

Eis-nos, como sempre, prontos e desejosos de contribuir para a construção de um melhor futuro para a nossa terra e para a nossa gente!

Disse.